



Agricultura urbana e direito à cidade: desafios e perspectivas na Região Metropolitana de Fortaleza (CE), Brasil

Urban agriculture and the right to the city: challenges and perspectives in the Metropolitan Region of Fortaleza (CE), Brazil

Iara Rafaela Gomes¹ 

Resumo

Este artigo discute os desafios e as perspectivas da agricultura urbana e periurbana (AUP) na Região Metropolitana de Fortaleza (CE), analisando sua relação com o direito à cidade e com o planejamento urbano contemporâneo. O objetivo é compreender de que forma as práticas agrícolas presentes nos territórios urbanos e periurbanos são reconhecidas, ou negligenciadas, pelas políticas públicas e pelos instrumentos de gestão territorial. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa e descritiva, baseada na análise documental, bibliográfica e estatística, combinando a leitura de planos urbanos, legislações e programas institucionais com dados do Censo Agropecuário do IBGE (2017) e estudos realizados por instituições locais. Os resultados evidenciam que a agricultura urbana na região possui forte caráter familiar e desempenha papel relevante na segurança alimentar e na reprodução social de comunidades urbanas e periurbanas. Entretanto, observa-se a fragmentação das políticas públicas, a baixa oferta de assistência técnica e a ausência de reconhecimento institucional da agricultura como uso legítimo do solo urbano. Conclui-se que a consolidação da AUP na Região Metropolitana de Fortaleza depende da incorporação dessa prática aos instrumentos de planejamento urbano e às políticas intersetoriais de desenvolvimento territorial, reconhecendo-a como componente estratégico para a justiça socioespacial, a sustentabilidade ambiental e a construção de cidades mais inclusivas e resilientes.

Palavras-chave: agricultura urbana e periurbana; planejamento urbano; justiça socioespacial; sistemas alimentares urbanos; governança territorial.

Abstract

This article discusses the challenges and perspectives of urban and peri-urban agriculture (UPA) in the Metropolitan Region of Fortaleza (CE), Brazil, analyzing its relationship with the right to the city and with contemporary urban planning. The objective is to understand how agricultural practices present in urban and peri-urban territories are recognized, or neglected, by public policies and territorial management instruments. The research adopts

¹ Universidade Federal do Ceará (UFC), Ceará, Brasil. E-mail: iara.gomes@ufc.br

a qualitative and descriptive approach based on documentary, bibliographic, and statistical analysis. The study combines the examination of urban plans, legislation, and institutional programs with data from the Brazilian Agricultural Census (IBGE, 2017) and previous studies conducted by local institutions. The results indicate that urban agriculture in the region has a strong family-based character and plays a significant role in food security and in the social reproduction of urban and peri-urban communities. However, the analysis reveals fragmented public policies, limited access to technical assistance, and the lack of institutional recognition of agriculture as a legitimate urban land use. The article concludes that consolidating UPA in the Metropolitan Region of Fortaleza requires its integration into urban planning instruments and intersectoral territorial development policies, recognizing it as a strategic component for socio-spatial justice, environmental sustainability, and the construction of more inclusive and resilient cities.

Keywords: urban and peri-urban agriculture; urban planning; socio-spatial justice; urban food systems; territorial governance.

Introdução

O crescimento acelerado das cidades e a intensificação da urbanização no século XXI trazem novos desafios para as sociedades contemporâneas, sobretudo quando se trata de sustentabilidade, gestão de recursos naturais e garantia de direitos sociais básicos. No Brasil, particularmente nas grandes cidades do Nordeste, como Fortaleza, esses desafios se manifestam de forma intensa, resultado da combinação de expansão urbana desorganizada, desigualdade socioespacial e vulnerabilidade ambiental. Essa realidade destaca a urgência de repensar como produzimos o espaço urbano e de incluir novas dimensões no planejamento e nas políticas públicas, para conseguir articular o urbano, o ambiental e o alimentar.

Nesse cenário, a agricultura urbana e periurbana (AUP) aparece como uma prática e uma agenda estratégica para a construção de cidades mais justas e sustentáveis. Embora tradicionalmente associada ao campo, a agricultura está se afirmando como uma atividade que, ao se desenvolver nas áreas urbanas, redefine o uso do solo, fortalece laços comunitários e promove segurança e soberania alimentar. Portanto, a AUP vai além de uma simples prática de produção de alimentos; ela é também uma forma de resistência ao modelo hegemônico de urbanização e uma reivindicação do direito à cidade, um conceito formulado por Henri Lefebvre (1991 [1968]) e revisitados por diversos autores contemporâneos como uma luta política e coletiva pela apropriação e transformação do espaço urbano.

Ao inserir a agricultura nas cidades, mudamos o foco do planejamento urbano tradicional, que sempre foi guiado pela expansão imobiliária e pela lógica de mercado. Produzir alimentos em espaços urbanos e periurbanos resgata dimensões que foram deixadas de lado, como trabalho, cuidado, solidariedade e vida cotidiana, abrindo um campo fértil para desenvolver políticas que integrem justiça socioambiental, economia solidária e sustentabilidade territorial. Essa perspectiva também enriquece o debate sobre a função social da propriedade e a democratização do acesso ao solo urbano, unindo a agenda alimentar às políticas de habitação, meio ambiente e desenvolvimento social.

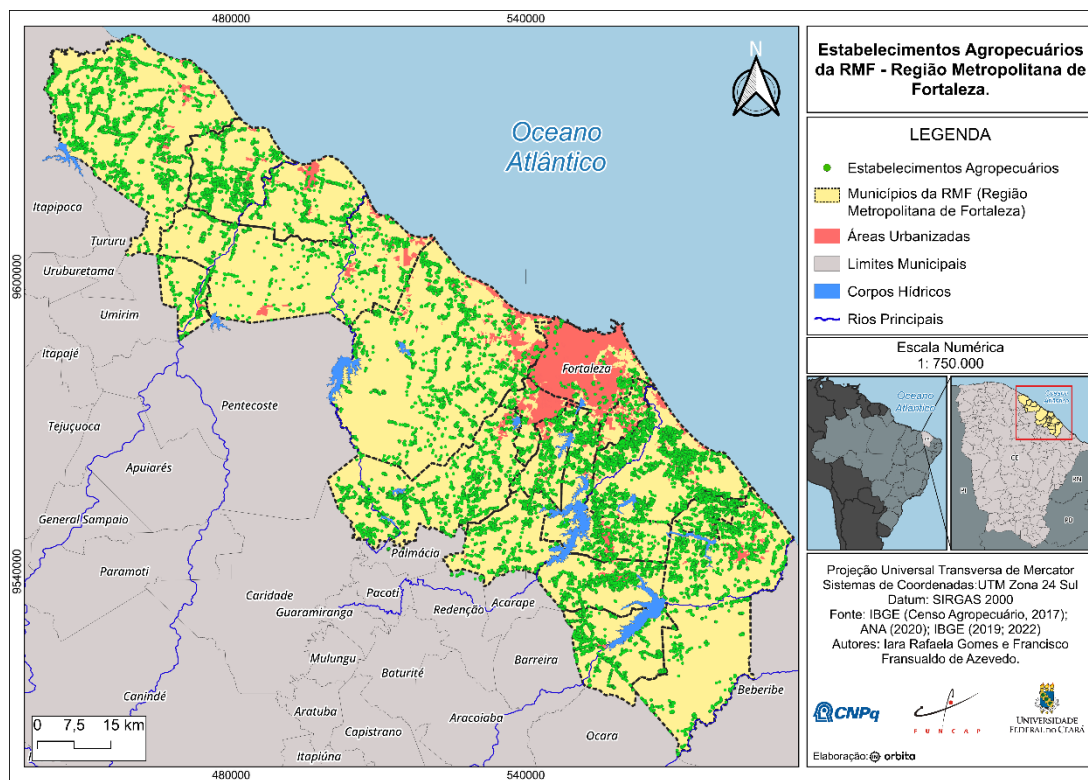
A Região Metropolitana de Fortaleza (RMF) é um caso emblemático para estudar essas dinâmicas. Com dezenove municípios e mais de quatro milhões de habitantes, a região apresenta contrastes marcantes entre áreas densamente urbanizadas e zonas de transição rural-urbana. Nesses locais, a agricultura urbana e periurbana se manifesta de várias maneiras, como hortas comunitárias, quintais produtivos, feiras agroecológicas, projetos escolares e experiências de economia solidária, mostrando a diversidade territorial e social (Gomes; Bezerra, 2025). Apesar da vitalidade dessas práticas, a AUP ainda precisa de reconhecimento jurídico e institucional, continuando à margem dos instrumentos de planejamento urbano e das políticas públicas mais estruturantes.

Apesar dessa diversidade de práticas e arranjos produtivos, é importante reconhecer que os dados sobre estabelecimentos agropecuários, como aqueles provenientes do Censo Agropecuário, conforme podemos avaliar no Mapa 1, não são capazes de capturar integralmente a complexidade e a multiplicidade das experiências de agricultura urbana e periurbana existentes na Região Metropolitana de Fortaleza. Muitas dessas iniciativas, como hortas comunitárias, quintais produtivos, projetos escolares e práticas de cultivo em pequenos lotes urbanos, desenvolvem-se de forma informal, temporária ou vinculada a redes comunitárias, o que faz com que frequentemente escapem aos critérios censitários tradicionais.

Ainda assim, os estabelecimentos agropecuários constituem um importante referencial analítico para compreender a presença e a distribuição territorial da produção agrícola na metrópole. Eles funcionam como um indicador estruturado e comparável que permite identificar áreas de permanência da atividade agrícola, evidenciar padrões espaciais de produção e revelar a persistência de ruralidades em meio à urbanização. Assim, embora não esgotem a diversidade da agricultura urbana e periurbana, os dados

cenitários oferecem uma base empírica relevante para analisar a presença da produção agrícola na RMF e situar, em termos territoriais, os espaços onde essas práticas se concentram ou resistem no contexto metropolitano.

Mapa 1 – Estabelecimentos Agropecuários da Região Metropolitana de Fortaleza, 2017



Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 2017.

Diante desse cenário, neste artigo, discutiremos os desafios e perspectivas da agricultura urbana e do direito à cidade na Região Metropolitana de Fortaleza, fazendo uma breve análise empírica dos dados do Censo Agropecuário (IBGE, 2017) e reflexões teóricas recentes sobre planejamento urbano, justiça socioespacial e sustentabilidade alimentar. Partimos da hipótese de que a fragmentação das políticas e o tratamento marginal dado à AUP revelam a persistência de um modelo de planejamento urbano setorial e excludente, que não reconhece a produção de alimentos como parte legítima da vida urbana. Ao mesmo tempo, defendemos que as experiências locais de agricultura urbana representam práticas de resistência e inovação, que podem inspirar novos paradigmas de planejamento e gestão do território.

Assim, a discussão a seguir busca entender como a agricultura urbana pode ajudar na construção de cidades mais inclusivas, resilientes e democráticas. Ao conectar o campo da geografia urbana às políticas alimentares e à agenda agroecológica, queremos mostrar que o futuro das cidades realmente depende de repensar as relações entre o urbano e o rural, entre espaço e alimento, entre planejamento técnico e o direito coletivo à vida urbana.

Planejamento urbano, direito à cidade e agricultura urbana

O debate contemporâneo sobre o planejamento urbano revela uma profunda reconfiguração das práticas e dos paradigmas que orientam a produção e a gestão das cidades. A agricultura urbana e periurbana, historicamente marginal às agendas urbanísticas, emerge como um elemento de tensão e de renovação conceitual, desafiando o modelo tradicional de urbanização que separa rigidamente o espaço urbano do rural. A incorporação da agricultura nos projetos de cidade demanda um olhar interdisciplinar que reconheça as múltiplas funções do solo urbano e a necessidade de construir cidades mais resilientes, inclusivas e ambientalmente equilibradas.

Inspirando-se em Jansma e Wertheim-Heck (2021), observa-se que o planejamento urbano contemporâneo passa a integrar dimensões sociais, ambientais e produtivas antes consideradas periféricas. O estudo desses autores sobre a cidade de Almere, na Holanda, é paradigmático: ao longo de 55 anos, o município desenvolveu práticas híbridas (*hybrid planning practices*) que romperam com a tradição setorial do planejamento e incorporaram a agricultura como eixo estruturante do espaço urbano. Em Almere, a agricultura deixou de ser vista como uma atividade residual ou transitória para se tornar um componente central da urbanização — especialmente na experiência de Oosterwold, onde 50% da área foi destinada à produção agrícola dentro de um plano diretor urbano (Jansma; Wertheim-Heck, 2021). Esse caso ilustra uma mudança profunda no campo profissional do urbanismo, exigindo liderança, visão estratégica e expertise interdisciplinar capazes de articular planejamento territorial, gestão ambiental e políticas alimentares locais.

A experiência holandesa evidencia, portanto, que a integração da agricultura à cidade não é apenas uma questão técnica ou de zoneamento, mas um processo de

transformação cultural e institucional. Trata-se de reconfigurar o próprio papel do urbanista e das políticas urbanas, ampliando o domínio do planejamento para além das infraestruturas convencionais e incorporando práticas sociais de produção e reprodução da vida urbana. Essa inflexão no pensamento urbanístico aproxima-se de concepções como a do *direito à cidade* formulada por Lefebvre (1991 [1968]), ao enfatizar o valor de uso do solo urbano e o protagonismo dos cidadãos na construção de novas formas de urbanidade.

Ao mesmo tempo, o cruzamento entre planejamento, agricultura urbana e justiça socioespacial tem sido amplamente discutido por Horst, McClintock e Hoey (2017), que chamam atenção para as contradições inerentes à expansão da agricultura urbana em contextos de desigualdade. Segundo esses autores, embora a AUP possa promover inclusão e segurança alimentar, ela também pode reforçar dinâmicas de exclusão quando implementada sem uma perspectiva de equidade. Projetos urbanos de embelezamento e “renaturalização” podem, em certos contextos, contribuir para processos de *gentrificação verde*, deslocando populações vulneráveis e beneficiando grupos com maior poder econômico e político. Assim, a agricultura urbana não é neutra: seus efeitos sociais dependem das formas de governança e dos instrumentos de política pública que a sustentam. Para que ela contribua efetivamente para o direito à cidade, é necessário adotar *lentes de equidade*, priorizando comunidades marginalizadas e reconhecendo o papel político do alimento como vetor de justiça territorial (Horst; McClintock; Hoey, 2017).

Essa perspectiva dialoga com o conceito de *planejamento justo* e com as discussões sobre a função social da propriedade urbana. No contexto latino-americano, onde a desigualdade territorial é marcante, vincular agricultura urbana e direito à cidade implica enfrentar a histórica concentração de terra e a precariedade dos assentamentos populares. A AUP, quando apoiada por políticas de acesso à terra, assistência técnica e compras públicas, pode atuar como instrumento de redistribuição espacial e de fortalecimento da cidadania.

Sob outra abordagem, Popoola *et al.* (2022) demonstram que a agricultura urbana pode e deve ser compreendida como parte da infraestrutura urbana. A partir de sua pesquisa em Ibadan, na Nigéria, os autores mostram que os agricultores urbanos tendem a se instalar nas margens das vias de transporte e próximas a fontes de água – evidenciando uma relação intrínseca entre o funcionamento da cidade e a sustentabilidade da produção alimentar. Essa proximidade com os eixos de mobilidade e abastecimento

reduz custos logísticos, amplia o acesso aos mercados e integra a produção agrícola ao metabolismo urbano. A experiência nigeriana evidencia que a ausência de planejamento específico para a AUP resulta em perda de áreas produtivas e na vulnerabilidade das famílias agricultoras frente à especulação imobiliária. Planejar a cidade, portanto, também significa planejar seus sistemas alimentares, incorporando a agricultura como componente essencial da infraestrutura territorial (Popoola *et al.*, 2022).

A incorporação das inovações tecnológicas e das novas formas de produção urbana amplia ainda mais o campo de possibilidades. Moghayedi *et al.* (2022) introduzem o conceito de *Urban Smart Farming* (USF), um modelo de agricultura 4.0 que combina eficiência tecnológica, sustentabilidade ambiental e inclusão produtiva em áreas urbanas. Utilizando tecnologias digitais, sensores e sistemas automatizados de cultivo, a USF busca otimizar o uso de recursos como água e energia, ao mesmo tempo em que ocupa edifícios, telhados e terrenos ociosos. Nos contextos africanos analisados pelos autores, essas experiências representam uma resposta inovadora às limitações de espaço e à crise alimentar urbana. Para a América Latina, esse conceito oferece inspiração para adaptar práticas globais de agricultura tecnológica às condições locais (sem perder o caráter comunitário e socialmente inclusivo que marca as experiências agroecológicas e populares de produção urbana) (Moghayedi *et al.*, 2022).

Por fim, Lovell (2020) propõe o conceito de *agrofloresta urbana* (*Urban Agroforestry*) como uma alternativa capaz de integrar produção, biodiversidade e resiliência climática. Essa abordagem supera a dicotomia entre agricultura e arborização urbana ao propor sistemas agroflorestais multifuncionais que conciliam o cultivo de alimentos com o aumento da cobertura vegetal, a regulação térmica e o armazenamento de carbono. Em vez de hortas efêmeras e vulneráveis à pressão imobiliária, a agrofloresta urbana cria paisagens produtivas permanentes, enraizadas no território e reconhecidas pela população como bens comuns. Além de reduzir a contaminação do solo e melhorar a qualidade ambiental, a integração de árvores frutíferas e espécies nativas nos espaços urbanos contribui para a soberania alimentar e para o fortalecimento do vínculo ecológico entre cidade e natureza (Lovell, 2020).

Essa visão ecossistêmica amplia o papel da agricultura urbana: de prática produtiva a instrumento de resiliência, cultura e justiça ambiental. Ao articular os princípios do direito à cidade com o planejamento urbano sustentável, a AUP assume um

lugar estratégico nas agendas contemporâneas de desenvolvimento urbano, propondo novas formas de pensar, planejar e habitar as cidades em especial aquelas, como Fortaleza, que enfrentam simultaneamente a precariedade social, a insegurança alimentar e as mudanças climáticas.

Metodologia

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa e descritiva, orientada pela análise documental, bibliográfica e estatística. O estudo combina procedimentos de levantamento de dados secundários com a leitura crítica de políticas públicas, planos urbanos e instrumentos normativos relacionados à agricultura urbana e periurbana na Região Metropolitana de Fortaleza. O objetivo central é compreender de que forma o planejamento urbano local reconhece, ou negligência, as práticas agrícolas e alimentares nos territórios urbanos e periurbanos, situando-as no debate sobre o direito à cidade e a sustentabilidade socioambiental.

Foram analisados documentos institucionais, como o Plano Fortaleza 2040 (Fortaleza, 2016, 2018^a, 2018b, 2019a, 2019b), o Programa Municipal de Agricultura Urbana (Fortaleza, 2009), além de legislações correlatas e relatórios técnicos elaborados por órgãos públicos e organizações da sociedade civil. Complementarmente, foram utilizados dados do Censo Agropecuário (IBGE, 2017) e de levantamentos anteriores realizados por entidades locais, como o Núcleo de Pesquisa e Extensão em Geografia da alimentação, da Universidade Federal do Ceará e o Cearah Periferia (1997), que oferecem um panorama sobre a estrutura fundiária, o perfil socioeconômico e os desafios enfrentados pelos produtores urbanos e periurbanos da RMF.

A metodologia inclui, ainda, uma revisão de literatura especializada sobre agricultura urbana, planejamento e justiça socioespacial, contemplando autores nacionais e internacionais que discutem a integração da agricultura aos sistemas alimentares e de planejamento das cidades, como Mougeot (2000), Horst, McClintock e Hoey (2017) e Jansma e Wertheim-Heck (2021). Essa triangulação entre fontes empíricas e teóricas permite compreender a agricultura urbana não apenas como uma prática de produção de alimentos, mas como uma estratégia política de ocupação do espaço e de reivindicação de direitos.

Do ponto de vista analítico, o trabalho adota o referencial da justiça socioespacial e da função social da propriedade urbana, articulando-os à noção de direito à cidade (Lefebvre, 1991 [1968]; Purcell e Tyman, 2014). O foco recai sobre as práticas e políticas que tensionam a fronteira entre o urbano e o rural, buscando identificar os fatores que condicionam a permanência, expansão e reconhecimento institucional da agricultura urbana na RMF.

Por fim, a análise dos dados foi realizada de forma interpretativa, buscando relacionar evidências empíricas e referenciais teóricos para propor caminhos de integração da agricultura urbana no planejamento urbano contemporâneo, em diálogo com experiências internacionais como a de Almere (Holanda), Ibadan (Nigéria) e outras cidades que incorporam a produção de alimentos como infraestrutura urbana e instrumento de justiça territorial.

Resultados

A análise dos dados do Censo Agropecuário de 2017 revela que a AUP na RMF é marcada por um forte caráter familiar, de subsistência e informal. Mais de 95% dos estabelecimentos agropecuários têm base familiar, e mais da metade da produção é destinada ao consumo próprio, o que reforça seu papel essencial na segurança alimentar das famílias e na reprodução social do território. No entanto, apenas 6,2% dos produtores da região recebem assistência técnica, e a maioria não tem acesso a instrumentos de apoio como o Cadastro da Agricultura Familiar (CAF) ou programas de compras públicas.

Esse quadro evidencia que a agricultura urbana e periurbana na Região Metropolitana de Fortaleza se desenvolve em condições institucionais frágeis, dependendo em grande medida da capacidade organizativa das próprias comunidades e de redes locais de apoio. Em muitos casos, a produção ocorre em pequenos lotes, quintais ou terrenos ociosos, configurando práticas híbridas que combinam produção para autoconsumo, comercialização em circuitos curtos e trocas solidárias entre vizinhos e familiares. Essa dinâmica revela a persistência de ruralidades no espaço metropolitano, fenômeno já identificado em estudos sobre as periferias de Fortaleza, onde práticas agrícolas e saberes rurais permanecem presentes no cotidiano urbano, sobretudo em áreas

de expansão recente ou em territórios marcados por vulnerabilidade socioambiental (Rodrigues, 2012; Pequeno, 2009).

Ao mesmo tempo, a presença dessas atividades evidencia que os sistemas alimentares urbanos não se restringem às cadeias industriais de abastecimento. Mesmo em metrópoles altamente urbanizadas, parte da produção alimentar continua sendo realizada localmente, contribuindo para diversificar as formas de acesso aos alimentos e para fortalecer vínculos comunitários. Nesse sentido, a agricultura urbana desempenha funções que extrapolam a dimensão produtiva, incluindo a geração de renda complementar, o aproveitamento de resíduos orgânicos, a recuperação ambiental de áreas degradadas e o fortalecimento de redes sociais nos territórios urbanos. No entanto, a ausência de reconhecimento institucional e de instrumentos de planejamento específicos mantém essas práticas em condição de invisibilidade administrativa, o que dificulta seu acesso a políticas públicas e compromete sua permanência frente à pressão imobiliária e à transformação acelerada do espaço metropolitano.

Esses dados evidenciam a fragmentação das políticas públicas e a persistência de uma visão setorial do planejamento urbano, que historicamente dissocia as funções produtivas das funções residenciais e ambientais. A agricultura segue marginalizada nas agendas municipais, tratada como atividade transitória, sem amparo jurídico claro ou reconhecimento como uso legítimo do solo urbano. Mesmo políticas recentes (como o *Plano Fortaleza 2040* e o *Programa Municipal de Agricultura Urbana*) mostram-se pontuais e desarticuladas, sem continuidade nem coordenação intersetorial.

O contraste com experiências internacionais é significativo. O caso de Almere, na Holanda, demonstra como a agricultura, quando incorporada à concepção territorial desde o início, pode tornar-se infraestrutura urbana estratégica. O plano diretor de Oosterwold destinou 50% de sua área a sistemas agrícolas, vinculando a ocupação urbana à produção de alimentos e à autogestão comunitária. Já a experiência de Ibadan, na Nigéria, evidencia que a proximidade entre áreas agrícolas e as infraestruturas urbanas (como vias, mercados e fontes de água) favorece a viabilidade econômica e ecológica da produção, desde que reconhecida nos planos de uso do solo.

Em contraste, a RMF ainda carece de uma visão que integre a agricultura ao planejamento territorial e alimentar. A ausência de intersetorialidade e a fragilidade dos marcos legais limitam a efetividade de políticas públicas e dificultam a realização de

direitos fundamentais, como o direito à cidade e o direito à alimentação adequada. Essa lacuna reforça a dependência de práticas autônomas, associativas e solidárias, muitas vezes organizadas por redes comunitárias e movimentos sociais, que sustentam a permanência da agricultura urbana em meio à pressão imobiliária.

Nesse sentido, a AUP na RMF se mantém como prática de resistência e reinvenção da urbanidade. Ao reivindicar o uso produtivo e social da terra urbana, os agricultores e agricultoras locais produzem novos sentidos de cidade, que confrontam a lógica da mercantilização do espaço. Inspiradas por paradigmas internacionais de planejamento híbrido e por experiências agroecológicas locais, essas práticas apontam para um modelo alternativo de desenvolvimento urbano (mais justo, inclusivo e ecossistêmico) que coloca o alimento, e não o capital, no centro da política urbana.

Considerações Finais

A agricultura urbana e periurbana na Região Metropolitana de Fortaleza revela-se como uma prática fundamental para compreender os dilemas e as possibilidades do planejamento urbano contemporâneo. Longe de representar um resquício rural ou uma atividade marginal, a AUP configura-se como uma estratégia de reprodução social, de resistência política e de reivindicação do direito à cidade, especialmente entre populações historicamente excluídas das políticas públicas e dos processos formais de urbanização.

Os resultados da pesquisa mostram que, embora existam experiências relevantes, como hortas comunitárias, quintais produtivos, feiras agroecológicas e projetos escolares, a ausência de marcos legais consistentes, de políticas intersetoriais permanentes e de mecanismos de apoio institucional limita o alcance e a sustentabilidade dessas iniciativas. A agricultura urbana ainda não é reconhecida como função legítima do solo urbano e tampouco incorporada de maneira estruturante nos instrumentos de gestão territorial, como planos diretores e zoneamentos ambientais.

O contraste com experiências internacionais, como as de Almere (Holanda) e Ibadan (Nigéria), reforça o potencial de planejar a agricultura como infraestrutura urbana, um componente vital das cidades sustentáveis e resilientes. Nessas experiências, a produção de alimentos é tratada como serviço público, elemento do desenho urbano e instrumento de integração social. Para Fortaleza e sua região

metropolitana, esse aprendizado sugere a urgência de superar a visão setorial que separa o urbano do produtivo, reconhecendo que a agricultura também é uma forma de planejar, gerir e habitar a cidade.

Nesse contexto, a AUP deve ser entendida como parte das políticas de justiça socioespacial e alimentar, contribuindo simultaneamente para a segurança alimentar, a geração de renda, a mitigação climática e o fortalecimento da identidade territorial. Sua institucionalização requer políticas que garantam acesso à terra, apoio técnico, compras públicas e articulação intersetorial entre secretarias de urbanismo, meio ambiente, desenvolvimento social e educação. Além disso, é imprescindível que a elaboração de leis e programas se dê de forma participativa, envolvendo agricultores, movimentos sociais, universidades e órgãos públicos.

Além disso, é importante reconhecer que o fortalecimento da agricultura urbana depende também da produção contínua de conhecimento e da construção de instrumentos de monitoramento territorial capazes de identificar e acompanhar essas práticas. Como demonstrado ao longo do artigo, grande parte das experiências de agricultura urbana não aparece de forma clara nos registros estatísticos tradicionais, o que contribui para sua invisibilidade nas agendas institucionais. Nesse sentido, pesquisas acadêmicas, inventários territoriais e mapeamentos participativos tornam-se ferramentas fundamentais para evidenciar a presença dessas iniciativas e subsidiar a formulação de políticas públicas mais consistentes. Ao integrar universidades, movimentos sociais, organizações comunitárias e gestores públicos, esses processos podem contribuir para construir diagnósticos mais precisos sobre os sistemas alimentares urbanos e fortalecer a governança territorial da agricultura urbana.

Assim, a consolidação da agricultura urbana na RMF passa pela construção de um novo paradigma de planejamento urbano, um paradigma ecossistêmico, democrático e agroecológico, que reconheça o alimento como bem comum e a cidade como espaço de vida, e não apenas de consumo e especulação. Incorporar a AUP ao planejamento é, portanto, uma forma de reconfigurar o próprio sentido do urbano: uma cidade que se alimenta de si mesma, que cuida de seus territórios e que garante a todos o direito de produzir, circular e compartilhar o que sustenta a vida.

Agradecimentos

A autora agradece à Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP) pelo apoio financeiro às pesquisas que contribuíram para o desenvolvimento deste trabalho, bem como pelo incentivo à produção científica no estado do Ceará.

Referências

CEARAH PERIFERIA. **Agronomia urbana na Região Metropolitana de Fortaleza: inventário de práticas populares e de projetos**. Fortaleza: Cearah Periferia, 1997.

FORTALEZA. **Lei n. 9448, de 28 de janeiro de 2009**. Institui o Programa Municipal de Agricultura Urbana e Periurbana de Fortaleza e dá outras providências. Fortaleza, 2009.

FORTALEZA. Prefeitura Municipal de Fortaleza. **Plano Fortaleza 2040: Vida Comunitária, acolhimento e bem estar (Volume 4)**. Fortaleza: IPLANFOR, 2016.

FORTALEZA. Secretaria Municipal dos Direitos Humanos e Desenvolvimento Social. **1º Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Fortaleza 2018-2021**. Fortaleza, 2018a.

FORTALEZA. Secretaria Municipal do Desenvolvimento Econômico. **Projeto Plantar, Colher e Empreender: Agricultura Urbana e Periurbana de Fortaleza**. Fortaleza, 2018b.

FORTALEZA. Prefeitura Municipal de Fortaleza. **Fortaleza 2040: Síntese das ações**. Fortaleza: IPLANFOR, 2019a.

FORTALEZA. Secretaria Municipal de Educação. **Levantamento de Hortas Escolares de Fortaleza**. Fortaleza, 2019b.

GOMES, Iara Rafaela; BEZERRA, Antônio Marcos Esmeraldo. Histórico da agricultura urbana em Fortaleza/CE: Trajetórias, políticas e experiências. **Caderno De Geografia**, v. 35, n. 83, p. 1349-1366, out./dez. 2025.

DOI: <https://doi.org/10.5752/P.2318-2962.2025v35n83p1349>

HORST, Megan; MCCLINTOCK, Nathan; HOEY, Lesli. The intersection of planning, urban agriculture, and food justice. **Journal of the American Planning Association**, v. 83, n. 3, p. 277–295, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1080/01944363.2017.1322914>.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo agropecuário 2017**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

JANSMA, J. E.; WERTHEIM-HECK, S. C. O. Thoughts for urban food: a social practice perspective on urban planning for agriculture in Almere, the Netherlands.

Landscape and Urban Planning, v. 206, 103976, 2021.

DOI: <https://doi.org/10.1016/j.landurbplan.2020.103976>.

LEFEBVRE, Henri. (1968). O Direito à Cidade. Trad. de Eduardo Frias. São Paulo: ed. Moraes, 1991 [1968].

LOVELL, Sarah. Urban agroforestry and its potential integration into city planning efforts. **Urban Agriculture e Regional Food Systems**, v. 5, e20000, 2020.

DOI: <https://doi.org/10.1002/uar2.20000>.

MOGHAYEDI, Alireza *et al.* Effects of urban smart farming on local economy and food production in urban areas in African cities. **Sustainability**, v. 14, 10836, 2022.

DOI: <https://doi.org/10.3390/su141710836>.

MOUGEOT, Luc J. A. Agricultura urbana: conceito e definição. **Revista de Agricultura Urbana**, n. 1, 2000. Disponível em:

<http://www.agriculturaurbana.org.br/RAU/AU1/AU1conceito.html>. Acesso em: 15 out. 2013.

PEQUENO, Renato. Estrutura intraurbana socioocupacional e condição desigual de moradia na Região Metropolitana de Fortaleza. *In*: COSTA, Maria Clélia Lustosa; DANTAS, Eustório Wanderley Correia (org.). **Vulnerabilidade socioambiental na Região Metropolitana de Fortaleza**. Fortaleza: Edições UFC, 2009. p. 55–98.

POPOOLA, A. *et al.* Integration of urban farming into city infrastructure development. **CSID Journal of Infrastructure Development**, v. 5, n. 1, 2022.

DOI: <https://doi.org/10.32783/csid-jid.v5i1.148>

PURCELL, Mark; TYMAN, Shannon K. Cultivating food as a right to the city. **Local Environment**, v. 20, n. 10, p. 1132–1147, 2014.

DOI: <https://doi.org/10.1080/13549839.2014.903236>

RODRIGUES, Argeu Souza. **Ruralidades na periferia oeste de Fortaleza**: paisagens, lugares e práticas rurais no cotidiano da metrópole. 2012. 139 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2012.

Recebido em 28/11/2025.

Aceito para publicação em 31/03/2026.